

Ministro fala da necessidade de reindustrialização do país e das oportunidades no mercado global

Fonte: *Ministério da Economia*

Data: *20/09/2022*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reiterou nesta segunda-feira (19/9) a necessidade de reindustrialização do Brasil. Ele participou do 7º Congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Guedes também reforçou que o país precisa aproveitar as oportunidades no mercado global surgidas com a reconfiguração das cadeias produtivas, desestruturadas pela pandemia de Covi-19 e da guerra entre Rússia e Ucrânia.

A redução de 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi um passo na direção da reindustrialização do país, segundo o ministro, que também abordou, no contexto do fortalecimento da indústria nacional, os acordos comerciais, outra prioridade do governo. De acordo com Guedes, esses compromissos vêm sendo conduzidos de forma segura e gradual para proteção da indústria brasileira.

OCDE

Ainda sobre acordos com outros países, o ministro citou a conclusão das negociações entre o Brasil e a Polônia para eliminar a dupla tributação sobre a renda e prevenir a sonegação fiscal. De acordo com o ministro, iniciativas como essa aceleram o processo de acesso à Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE).

Revisões de projeções

O ministro voltou a comentar as revisões das projeções de mercado sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação. Mencionou a revisão divulgada no relatório Focus, do Banco Central, segundo a qual economistas do mercado reduziram de 6,40% para 6% a projeção da inflação e elevaram de 2,39% para 2,65% o crescimento do PIB em 2022.

Guedes afirmou que as revisões de estimativas continuam ocorrendo porque a economia brasileira mudou sua estrutura – de um modelo dirigista, baseado nos investimentos públicos, para uma economia de mercado, com consumo de massa alicerçada em investimentos privados. Ele pontuou ainda que o país já tem, contratados, R\$ 900 bilhões em investimentos para os próximos 10 anos, fruto das reformas possibilitadas pelas mudanças de marcos regulatórios.